

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**ANÁLISE DO CRESCIMENTO DA ECONOMIA
CHILENA NO PERÍODO 1973-2006**

Leandro Machado Soares
Matrícula n°10311275

ORIENTADOR: Antonio Licha

MARÇO 2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA ECONOMIA
CHILENA NO PERÍODO 1985-2006**

Leandro Machado Soares
Matrícula nº10311275

ORIENTADOR: Antonio Licha

MARÇO 2009

As opiniões expressas neste trabalho são da exclusiva responsabilidade do autor

RESUMO

O Chile alcançou, nos últimos anos, uma posição de destaque entre as economias da América Latina, após apresentar um crescimento forte e prolongado, que se sustenta desde a década de oitenta.

Esse crescimento teve início em 1985, quando as reformas adotadas por Augusto Pinochet começaram a ter efeitos e perdurou até o momento, tendo apenas um momento de desaceleração entre 1998 e 2003 em função da crise asiática. Esse crescimento foi alvo de muitos elogios por parte dos analistas e observadores internacionais por ter sido, além de forte e sustentado, acompanhado de uma baixa inflação.

Diante desse contexto, o presente trabalho tem como objetivo analisar as causas desse crescimento e suas conseqüências sobre os indicadores sociais, a pobreza e o nível de distribuição de renda do país.

Os resultados obtidos através da análise dos diversos dados e indicadores foram de que o crescimento apresentado pela economia chilena levou a uma sensível melhora em todos os indicadores sociais e econômicos do país, mas que não foi acompanhado de uma melhora no nível de distribuição de renda, tanto social como regional, que mantém o Chile como um dos países mais desiguais do mundo.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	6
CAPÍTULO I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	8
I.1. Política Econômica.....	8
I.1.1. Políticas Macroeconômicas.....	8
I.1.2. Políticas Microeconômicas.....	8
1.2. Abertura Comercial.....	9
1.3. Controle de Capitais.....	9
I.4. Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).....	10
1.5. Coeficiente de Gini.....	10
CAPÍTULO II – A EVOLUÇÃO DA ECONOMIA CHILENA.....	12
II. 1. O Chile antes do golpe de 1973.....	12
II. 2. O período militar.....	13
II. 2.1. Os “ <i>Chicago boys</i> ”.....	13
II. 2. 2. O segundo milagre.....	15
II. 2.3. A privatização do sistema de pensões.....	16
II. 3. A redemocratização.....	18
II. 3.1. Tratados Comercias.....	19
II. 3.2. O Combate à inflação.....	22
II. 3.3. Controle de Capitais.....	25
II. 4. Desempenho econômico.....	27
II. 4.1. A “era dourada”.....	27
II. 4.2. O cenário em 2006.....	28
CAPÍTULO III – POBREZA E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA.....	30
III. 1. Desempenho Social.....	30
III. 2. Pobreza.....	32
III. 3. Distribuição de renda.....	35
III. 3.1 Crescimento sem distribuição.....	35
III. 3. 2.Desigualdades regionais.....	36
CONCLUSÃO.....	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	43

ÍNDICE DE GRÁFICOS E TABELAS

Tabela 01 - Tratados Comerciais Vigentes em 2006.....	21
Gráfico 01 - Evolução da Taxa de Inflação (média de cada década em %).....	22
Tabela 02 - Inflação: Cumprimento das Metas.....	23
Gráfico 02 - Desvios relativos da taxa de inflação efetiva em relação à meta estabelecida (média anual em % até 2005).....	24
Tabela 03 - Chile: Principais Indicadores Macroeconômicos, 1974 – 2006.....	27
Tabela 04 - Chile: Avanço dos Indicadores Sociais entre 1970 e 1980.....	31
Tabela 05- Chile em 2006: Dados Econômicos e Sociais.....	32
Tabela 06 - Chile: Nível de Pobreza por Regiões (em % da População).....	32
Tabela 07 - Chile: Nível de Indigência por Regiões (em % da População).....	33
Tabela 08 - Chile: Distribuição de Renda (em % por quintil de renda).....	35
Tabela 09 - Chile: Coeficiente de Gini.....	36
Tabela 10 - Relação da Renda entre Ricos e Pobres.....	36
Tabela 11 - Indicadores do PIB por regiões.....	37
Tabela 12 - Exportações por regiões.....	38
Tabela 13 - Chile: Coeficientes de Gini por regiões - 1990-2003.....	39

INTRODUÇÃO

O Chile possui atualmente uma posição de destaque na América Latina, sendo apontado por especialistas e observadores internacionais como um caso raro de sucesso econômico na região. Seu crescimento econômico sólido, prolongado e com baixa inflação, que vem sendo observado desde a metade da década de 80, transformou a economia chilena num paradigma de economia bem sucedida e crescimento sustentado.

Nos anos de 2004, 2005 e 2006 o crescimento econômico médio superou a casa dos 5 % ao ano, um patamar bem acima da média dos demais países da região. Esse crescimento não foi esporádico, e prova disso é de 1995-2006 o crescimento médio da economia chilena foi de 4,7%, enquanto o da América Latina ficou abaixo de 3%. Na verdade, o crescimento chileno teve início já na década de 80, mais especificamente em 1985, quando começaram a aparecer os resultados das políticas e reformas adotadas no governo Augusto Pinochet desde 1973, e perdurou até 1997, no que ficou conhecido com a "era dourada" (1985-1998). Entre 1998 e 2003, a economia do país passou por seu período de maior dificuldade desde 1985, vivendo um período de desaquecimento econômico e queda do PIB. Porém, a economia chilena conseguiu se recuperar desse período e apresentou alto crescimento a partir de 2004, confirmando seus fundamentos econômicos sólidos e consolidados.

O governo de Augusto Pinochet (1973 - 1990), com as reformas estruturais baseadas na privatização da economia e as políticas econômicas voltadas para abertura da economia, foi fundamental para a economia do país e implantou as bases para o crescimento com estabilidade observado a partir da metade dos anos 80. O país foi puxado pela expansão do setor externo e pelo desenvolvimento de mecanismos internos de poupança, como os fundos de pensão. A passagem para o governo democrático que assume em 1990 não representou uma ruptura em termos econômicos, pelo contrário. Foi dada continuidade ao processo de privatização e acentuou-se a abertura econômica, com a diminuição de tarifas, eliminação de barreiras comerciais e o estabelecimento de tratados de livre-comércio que contribuíram para aumentar a corrente de comércio e a entrada de capitais externos.

Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo analisar o impacto do crescimento chileno entre 1984 e 2006 sobre a pobreza e a distribuição de renda no país. Dentro desse objetivo geral, será feita uma análise mais detalhada do crescimento por regiões

e da evolução da renda por camada social com o intuito de verificar se o crescimento da economia foi acompanhado ou não de uma melhora na distribuição de renda.

Diante dessa perspectiva, o trabalho será composto de três capítulos:

- O capítulo I apresenta os fundamentos teóricos mais importantes para a melhor compreensão dos tópicos que serão desenvolvidos ao longo desse trabalho.
- O capítulo II analisa a evolução da economia chilena desde o início do governo de Augusto Pinochet até o ano de 2006, sendo analisadas as reformas macroeconômicas e estruturais realizadas durante o período de governo militar (1973 – 1990) e a postura adotada pelo governo democrático, dando continuidade a muito dos elementos implantados por essas reformas e realizando algumas mudanças em outros.
- O capítulo III analisa o impacto que o crescimento da economia teve sobre o nível de pobreza e de distribuição de renda do país. Serão examinadas as diferenças existentes entre ricos e pobres e entre as diversas regiões do país, com o objetivo de fornecer os fundamentos para concluir se o crescimento chileno foi homogêneo ou desigual.

CAPÍTULO I - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este primeiro capítulo tem como objetivo apresentar em linhas gerais os aspectos teóricos dos principais pontos que serão analisados nos capítulos posteriores desse trabalho. Serão apresentados os conceitos de políticas micro e macroeconômicas, visando fundamentar teoricamente as políticas que no capítulo II serão abordadas especificamente para o caso do Chile, além de serem apresentados o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o coeficiente de Gini, indicadores que estarão presentes no capítulo II e III na análise do nível de qualidade de vida da população e de desigualdade de renda da economia chilena

I.1 Política Econômica

Essa primeira seção tem como propósito apresentar o conceito de política econômica, buscando identificar o significado desse termo que terá presença constante ao longo desse trabalho.

A política econômica consiste na manipulação, pelos agentes de política econômica (nomeadamente o Governo, o Banco Central e o Parlamento de um país mas também, cada vez mais, entidades multinacionais) de certos meios para atingir determinadas finalidades relacionadas com a situação econômica de um país, uma região ou um conjunto de países. Dito de uma forma mais simples, as políticas econômicas podem ser entendidas como as medidas adotadas pelo governo para controlar a economia, estimulando ou reprimindo determinadas variáveis econômicas, como a demanda e o emprego, ou determinados setores da economia. (Amaral, 1996)

As políticas econômicas são divididas em dois tipos, que serão apresentados a seguir: Políticas macroeconômicas e políticas microeconômicas.

I.1.1 Políticas Macroeconômicas

As políticas macroeconômicas são aquelas políticas econômicas que afetam a economia como um todo, ou seja, afetam todas as áreas da economia de um país e são compostas por três tipos (monetária, fiscal e cambial).

I.1.2 Políticas Microeconômicas

As políticas Microeconômicas são aquelas que afetam exclusivamente alguma área específica da economia. São dirigidas a um setor, a uma indústria ou a um produto, tendo por

objetivo afetar as decisões individuais dos agentes econômicos, sejam eles empresas, consumidores ou trabalhadores, buscando convergir essas decisões para o objetivo que o governo deseja para a economia como um todo, de modo, que na maioria dos casos, são usadas como complemento da política macroeconômica. Outro possível objetivo é a criação da base legal em que devem operar os diferentes mercados, evitando que a competição gere injustiças sociais.

1.2. Abertura Comercial

A abertura comercial foi um mecanismo utilizado pelo Chile ao longo das últimas décadas e que será analisado no capítulo II. Ela consiste, basicamente, na abertura de seu mercado à competição internacional, intensificando, dessa forma, o comércio com os demais países. Esse aumento do comércio ocorre tanto com o aumento das exportações como das importações, de maneira que o efeito acontece sobre o volume total de transações com o resto do mundo (importações mais exportações).

Apesar de existir alguma controvérsia na literatura acerca do tema, pode-se dizer que o conceito de abertura “ideal” deve estar associado à idéia de neutralidade. Harrison (1996, p. 420-421) explicita este conceito:

“Neutralidade significa que os incentivos são neutros entre poupar uma unidade de moeda estrangeira através da substituição das importações ou obter uma unidade de moeda estrangeira através das exportações. Claramente, uma economia voltada para as atividades de exportação pode não ser neutra neste sentido, principalmente se direciona incentivos àquelas atividades através de mecanismos como subsídios. É também possível que a orientação da política comercial possa ser neutra na média e mesmo assim intervir em alguns setores específicos. A medida ideal de abertura comercial capturaria as diferenças entre um regime neutro, o orientado para dentro e o orientado para fora.”

1.3. Controle de Capitais

O controle de capitais foi uma medida adotada pelo governo chileno dentro de período analisado neste trabalho, conforme será analisado no capítulo II. Os controles de capitais englobam os instrumentos de intervenção no livre movimento de capitais, limitando a saída de capital. Foi uma medida largamente utilizada durante grande parte do século. XX.

O principal objetivo que leva um país a adotar um controle de capitais é evitar crises financeiras provocadas por repentinos reversos no fluxo de capitais externos. Esse é um risco que as economias abertas ao capital estrangeiro estão permanentemente expostas, visto que uma crise no mercado internacional (na maioria das vezes impossíveis de serem previstas)

resulta numa aversão ao risco por parte dos investidores estrangeiros, causando, assim, uma fuga de capitais do país. Esse risco é consideravelmente maior para os países emergentes (grupo no qual o Chile está inserido) que são geralmente os primeiros a sofrer com a saída de capitais em momentos de crise internacional em função de serem associados a riscos mais elevados, devido a seus fundamentos serem menos sólidos do que os dos países desenvolvidos.

1.4. Índice de Desenvolvimento Humano

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um indicador que tem como objetivo oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, o IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano.

Além de computar o PIB per capita, depois de corrigi-lo pelo poder de compra da moeda de cada país, o IDH também leva em conta dois outros componentes: a longevidade e a educação. Para aferir a longevidade, o indicador utiliza números de expectativa de vida ao nascer. O item educação é avaliado pelo índice de analfabetismo e pela taxa de matrícula em todos os níveis de ensino. A renda é mensurada pelo PIB per capita, em dólar PPC (paridade do poder de compra, que elimina as diferenças de custo de vida entre os países). Essas três dimensões têm a mesmo peso no índice, que varia de zero a um, sendo que quanto maior o índice mais desenvolvido é o país dentro dos critérios utilizados.

Aos poucos, o IDH tornou-se referência mundial e é um índice-chave dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, sendo que todo ano a ONU (Organização das Nações Unidas), através do PNUD (Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento), divulga em seu relatório sobre desenvolvimento humano o IDH de cada um de seus países membros.

1.5. Coeficiente de Gini

Nessa seção será apresentado o coeficiente de Gini, um indicador que é utilizado internacionalmente para medir o nível de concentração de renda de um país e que será usado no capítulo III na análise da evolução da desigualdade de renda do Chile.

O Coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade desenvolvida pelo estatístico italiano Corrado Gini e é comumente utilizada para calcular a desigualdade de distribuição de

renda de um país (pode ser usada também para qualquer outro tipo de distribuição). Esse coeficiente varia de zero a 1. Zero significaria, hipoteticamente, que todos os indivíduos teriam a mesma renda e 1 mostraria que apenas um indivíduo teria toda a renda de uma sociedade. Ou seja, quanto mais próximo de zero é o coeficiente de Gini de um país melhor é a sua distribuição de renda, enquanto um coeficiente mais próximo de 1 significa uma pior distribuição de renda.

Anualmente, a ONU (Organização das Nações Unidas), através do PNUD (Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento), divulga um relatório sobre desenvolvimento humano onde apresenta os coeficientes de Gini de todos os países membros.

CAPITULO II – A EVOLUÇÃO DA ECONOMIA CHILENA

Neste segundo capítulo será feita uma análise da evolução da economia do Chile desde o início do governo militar em 1973 até o ano de 2006. Nesse período de mais de três décadas completas, o país passou por diversas transformações, tanto políticas como econômicas. No âmbito político, é notório o fato de o país ter experimentado três mudanças de regime, passando do governo democrático de Salvador Allende (1970 – 1973) para o militar de Augusto Pinochet (1973 – 1990), alçado ao poder após o golpe comandado pelo mesmo em 1973 e que perdurou até o ano de 1990, quando o país voltou a viver sob um regime democrático com a eleição de Patricio Aylwin (1990 – 1994). Já no âmbito econômico, no qual se limitará a abrangência desse trabalho, o país se destaca por ter experimentado diversas reformas econômicas e estruturais.

II. 1. O Chile antes do golpe de 1973

No início dos anos setenta o Chile possuía uma economia extremamente fechada e basicamente monoexportadora. A média das tarifas de importação chegava à incrível marca de 105% e sua dispersão provocava produtos isentos e outros com tarifas de 750%. A dependência do cobre na geração de moeda estrangeira era imensa, visto que o mineral representava mais de 80% das exportações.

O peso do Estado na economia era bastante significativo, refletido na sua presença nas mais diversas áreas: nas matérias-primas, com o cobre e a mineração estando sob controle de empresas estatais, nos serviços de utilidade pública, nos transportes, com o controle da principal companhia aérea do país, além de possuir o controle de empresas em diversos outros setores.

Além desse lado de “investidor”, o Estado também exercia uma forte presença na esfera regulatória, restringido fortemente a atividade privada. O mecanismo mais marcante e criticado dessa interferência era os controles de preços efetuados pelo governo freqüentemente, o que causava uma grande distorção no mercado. Apesar disso, a inflação estava descontrolada, chegando a mais de 300% ao ano.

Uma medida comum do governo de Allende que desestimulava os investimentos privados foi a maneira pela qual foram efetuadas as nacionalizações das empresas, que eram

expropriadas sem o pagamento de indenizações ou qualquer outra forma de compensação para seus antigos donos.

O programa populista de Allende também tinha como uma de suas principais marcas o aumento desenfreado de gastos sem a necessária contrapartida de receitas. Reflexos dessa política foram o forte aumento dos salários públicos financiados por emissões monetárias e a redução de tarifas públicas observados nesse período. Essa política fiscal fortemente expansionista trouxe uma rápida aceleração da demanda, que, além de contribuir para o avanço da inflação, causou um excessivo aumento das importações, pressionando a balança comercial do país, o que levou o governo a adotar um sistema de controle cambial, além de aumentar o mercado negro de divisas.

As conseqüências macroeconômicas desse modelo eram previsíveis: o país crescia pouco, convivia com hiperinflação, o déficit público se expandia fortemente, o desemprego aumentava, esgotamento das reservas cambiais e a indústria se baseava na substituição ineficiente de importações. Os níveis de investimento e poupança, que já eram baixos, caíram ainda mais entre 1970 - 1973 em decorrência da enorme incerteza sobre direitos de propriedade que prevalecia na época em função da enorme ingerência que o Estado exercia sobre o mercado. (Larraín e Vergara, 2001)

II. 2. O período militar

Diante da situação de inúmeros desequilíbrios econômicos e a conseqüente baixa governabilidade, Salvador Allende foi derrubado por um golpe militar em 11 de Setembro de 1973. No quadro caótico encontrado, a junta militar comandada por Augusto Pinochet assumiu o poder nessa data se vendo obrigada a realizar fortes ajustes econômicos, sabedora de que só seria possível governar com legitimidade e permanecer no poder com uma situação econômica saudável. Para atingir esse objetivo, Pinochet implanta uma série de reformas macroeconômicas, microeconômicas, estruturais e institucionais que modificam radicalmente os fundamentos econômicos do país (detalhadamente analisadas mais adiante).

II. 2.1. Os “*Chicago boys*”

Para tentar mudar o rumo da economia, o governo militar optou por adotar políticas econômicas inspiradas na Escola de Chicago, seguindo as sugestões de um grupo de jovens formados em economia pela Universidade Católica de Chile e que em sua maioria tinham

realizado pós-graduação na Universidade de Chicago. Foram conhecidos como “*Chicago boys*”.

Esse grupo de economistas foram introduzidos nos Estados Unidos à teoria monetarista e às idéias neoliberais, desenvolvidas na Escola de Chicago, cujo principal líder e expoente era o economista Milton Friedman, professor de economia da Universidade de Chicago que lecionou para esse grupo de jovens. Friedman é conhecido até hoje como o “pai” do neoliberalismo e do monetarismo, ganhando o Premio Nobel de Economia em 1974 por suas idéias revolucionárias.

Uma instituição chave para a participação dos “*Chicago boys*” no governo militar foi a ODEPLAN (“*Oficina de Planificación Nacional*”), onde foi elaborado um documento que ficou conhecido com “*El Ladrillo*”, que continha um esboço das propostas do grupo para a economia Chilena. Foi através desse documento que a equipe econômica do governo militar teve o primeiro contato com as idéias do grupo, que acabaram sendo adotadas como solução para os desequilíbrios econômicos herdados do governo Allende.

Os “*Chicago boys*” ingressaram no poder em 1975, ocupando os cargos de ministro da Fazenda, ministro da Economia e da presidência do Banco Central. Milton Friedman esteve no país nesse mesmo ano, aonde se reuniu com Pinochet e ajudou a convencê-lo a adotar o programa dos “*Chicago boys*”. Friedman advertiu Pinochet de que havia duas alternativas para a resolução da crise econômica pela qual passava o país: uma seria através de uma recuperação lenta e gradual, mas que embutia o perigo da economia chegar a um estado irreversível antes da aparição de seus efeitos, e outra por meio de um tratamento de choque, que teria efeitos imediatos, porém graves. A primeira tinha como defensores os economistas mais clássicos, enquanto a segunda era a opção defendida por Friedman. Diante do cenário da época, Pinochet acabou seguindo o conselho de Friedman e adotou o tratamento de choque, pondo em prática o programa dos “*Chicago boys*”. (Delano e Traslaviña,1989)

Esse programa tinha como principais objetivos a diminuição do peso do Estado na economia, a desregulamentação da economia, a abertura comercial, o equilíbrio fiscal e o combate à inflação. O propósito que norteava todo o programa era claramente a defesa do livre funcionamento dos mercados, reservando um maior espaço para as decisões dos indivíduos e das empresas do que para as do governo. Isso representava uma ruptura brutal do cenário deixado pelo governo de Allende, onde o Estado possuía um papel chave na economia tanto na esfera regulatória como na produtiva.

Os instrumentos utilizados para atingir tais objetivos consistiam na redução do gasto público em 20%, na diminuição em 30% do quadro de funcionários públicos, no aumento do IVA (imposto sobre a transferência comerciais de bens e sobre ativos M1 e M2), na privatização de grande parte das empresas estatais e na liquidação dos sistemas de poupança e empréstimos imobiliários. Além dessas medidas, foram realizadas também uma reforma tributária e trabalhista, a desregulação de diversos setores da economia, a liberação das entradas de investimentos estrangeiros e de divisas, a redução das tarifas alfandegárias e a adoção do regime de câmbio fixo. (Larraín e Vergara, 2001)

Os efeitos iniciais das medidas foram, conforme advertido por Friedman, graves e sentidos logo em 1975: o PIB caiu mais de 13%, a taxa de desemprego atingiu 15% e o déficit em conta corrente passou dos 6% do PIB. Porém, passado esse baque inicial, a economia foi se recuperando e começou a apresentar resultados consistentes já em 1977, iniciando um período de crescimento sólido, apresentando cifras positivas em todos os quesitos, à exceção da taxa de desemprego, que permanecia alta (ao redor de 15%) devido às demissões realizadas nas empresas recém privatizadas e à redução do quadro de funcionários públicos.

Esse “*boom*” econômico, que ficou conhecido como o primeiro milagre econômico chileno, durou até 1982, quando o país enfrentou sua maior crise desde 1930. Essa crise teve origem externa, com a elevação dos juros nos Estados Unidos, e foi sentida fortemente pelo Chile, assim como pelos demais países da América Latina, em função de sua excessiva dependência do mercado externo, do elevado endividamento privado e da paridade do peso em relação ao dólar.

II. 2. 2. O segundo milagre

A crise de 1982 causou uma queda violenta de mais de 13% do PIB nesse ano e de 3,5 no ano seguinte, além de ter motivado uma piora substancial dos principais indicadores, como a taxa de inflação, que passou dos 9,5% de 1981 para a casa dos 20% e da taxa de desemprego, que estava na casa de 10% em 1981 e atingiu quase 20% em 1982. Em 1984, com o momento mais crítico da crise tendo passado, a economia apresenta sinais de melhoras e consegue terminar o ano com um crescimento de 6% do PIB.

Com a posse do novo ministro da fazenda Hernán Büchi em 1985, o país inicia um novo período de crescimento forte e sustentado, no que ficou conhecido como o segundo milagre chileno. Sua nomeação representou um retorno aos princípios liberais implantados

pelos “*Chicago boys*”, que haviam sido momentaneamente abandonadas na gestão de Escobar, de tendência keynesiana.

O fato de ter assumido a gestão econômica após a fase mais crítica da crise de 1982 permitiu que Büchi se concentrasse no crescimento econômico e para isso adotou uma série de medidas: uma forte redução dos gastos públicos, com a diminuição dos gastos sociais e dos valores das aposentadorias; forte desvalorização do peso em relação ao dólar, favorecendo as exportações e restringindo as importações; privatizações de empresas que ainda eram estatais; privatização dos bancos que sofreram intervenção do governo durante a crise; controle da taxa de juros pelo Banco Central e não mais pelo mercado; uma queda controlada das taxas alfandegárias; e estímulo aos investimentos privados e à geração de empregos através da redução da carga tributária, cortando impostos diretos e indiretos e o IVA em 2%. (Larraín e Vergara, 2001)

O resultado de sua gestão, encerrada em 1989, pouco antes do término do governo Pinochet, foi o retorno ao liberalismo econômico implantado anteriormente pelos “*Chicago boys*”. O sucesso de sua gestão foi tanto que foi reconhecido até por opositores do regime, que até hoje seguem usando um modelo de livre mercado com grandes semelhanças ao adotado por Büchi.

O segundo milagre econômico chileno, que acontece durante a gestão de Büchi (1985-1989), resultou em melhorias em todos os principais indicadores econômicos. À exceção da inflação, todos esses indicadores atingiram marcas superiores ao nível pré-crise de 1982, o que prova o sucesso do plano de recuperação. O PIB cresceu a taxas cada vez maiores, atingindo a marca de 10,6% em 1989; a formação bruta de capital fixo cresceu ano após ano, alcançando quase 25% do PIB em 1989; o déficit em conta corrente caiu de 8,6 % do PIB em 1985 para 2,5% do PIB em 1989; a inflação, que era maior do que 26% em 1985, se aproximou de 20 % em 1989; e o resultado fiscal do governo, que era deficitário em 1986, se transformou em superávit em 1989. A taxa de desemprego, que desde o início da década de 1970 se situava acima dos 15% e atingiu quase 18% em 1985, fechou abaixo dos 10% em 1988 e atingiu 8% em 1989.

II. 2.3. A privatização do sistema de pensões

Uma das reformas mais marcantes realizadas durante o governo militar foi a reforma do sistema previdenciário. Aprovada em 1980, essa reforma teve como base a criação de um

novo sistema baseado na capitalização individual das contribuições obrigatórias, na administração privada dos fundos e na liberdade dos trabalhadores para escolher sua administradora e seu sistema de pensão preferido.

Para administrar os fundos do novo sistema foram criadas as AFP (Administradoras de Fundos de Pensão), que funcionavam como alternativa ao sistema estatal. Essa reforma se encaixava dentro do novo modelo econômico adotado pelo país, como foi exposto nas palavras ministro do trabalho da época, baseado na liberdade de mercado.

Esta reforma despertou grande interesse de analistas e observadores internacionais, sendo que o modelo adotado no Chile acabou sendo implantado posteriormente por diversos outros países. A popularidade da reforma se deve a dois motivos principais. Primeiramente, o novo sistema apresentou resultados bastante positivos logo nos primeiros anos de funcionamento. Em segundo lugar, o antigo sistema de pensões chileno tinha muitas características e problemas comuns aos sistemas previdenciários de outros países, que viam no êxito da reforma chilena a esperança de solucionar os problemas dos seus próprios sistemas. Assim, outros países optaram por realizar reformas em seus sistemas previdenciários tendo como referencia a experiência chilena. Na América Latina, oito países aprovaram reformas que incluíam um sistema de capitalização individual. Fora da região, também houve reformas semelhantes na Hungria, Kazaquistao e Polônia.

A reforma foi considerada bem sucedida pelos críticos por diversos fatores. Em primeiro lugar, um dos maiores problemas do antigo sistema de pensão, a manipulação política dos recursos previdenciários, foi eliminado. Com a criação das AFP, foi eliminado o risco de que as contribuições previdenciárias fossem usadas para propósitos diferentes do financiamento das pensões, como era comum no antigo sistema estatal. A combinação de direitos de propriedade sobre os saldos acumulados nas contas pessoais com a administração privada dos fundos e a liberdade de escolha da administradora pelos trabalhadores foi um instrumento que se mostrou eficiente para proteger os fundos da manipulação política observada no antigo sistema.

O novo sistema também foi exitoso ao melhorar a qualidade dos benefícios e serviços concedidos aos trabalhadores e ao promover o desenvolvimento do mercado de capitais em decorrência do grande montante aplicado nos fundos das AFPS, que em 2002 equivaliam a aproximadamente metade do PIB.

Apesar do sucesso da reforma, o novo sistema apresenta alguns pontos deficientes que limitam a eficiência do novo sistema. A principal deficiência consiste na sua baixa abrangência, visto que quase metade da população ativa não está coberta pelo sistema. Outros pontos negativos são o fato de que apenas uma minoria dos cotistas do novo sistema recebe pensões maiores que as do sistema antigo e de que as AFPs constituíram um mercado oligopolizado, cada vez mais concentrado (em 2006, havia apenas 7 Afps, sendo que as três maiores concentravam 81% dos afiliados e 71% dos ativos). (Larraín e Vergara, 2001)

II. 3. A redemocratização

Em outubro de 1988, obedecendo a disposições transitórias da constituição de 1980, é realizado um plebiscito nacional sobre a permanência de Augusto Pinochet no governo até o ano de 1997. O resultado foi a vitória do *não* com 66% dos votos dos mais de sete milhões de chilenos que votaram. Esse resultado significou, conforme disposto na constituição, a convocação, para o ano seguinte, da primeira eleição para presidente após 17 anos de ditadura. A eleição, realizada em dezembro de 1989, teve como vencedor Patricio Aylwin (1990 – 1994) e representou a volta do regime democrático ao Chile depois de quase duas décadas de governo militar.

Na esfera econômica, a grande questão discutida pelos analistas e pela população era se a chegada do novo governo representaria ou não uma ruptura das medidas econômicas introduzidas no governo Pinochet. A resposta a essa questão, como seria vista ao longo dos anos posteriores, foi negativa, visto que no período democrático as reformas implantadas por Pinochet e sua equipe econômica não só tiveram seu propósito final (defesa do livre mercado, como uma menor participação do Estado na economia) mantido, como, em algumas áreas, foram aprofundadas.

A abertura comercial, iniciada no período militar, foi aprofundada na década de 1990 em diante, através de novas diminuições nas tarifas alfandegárias e da assinatura de diversos tratados de livre comércio com diferentes países e blocos comerciais. As privatizações, realizadas em grande escala no período militar, continuaram no período democrático, porém com menor intensidade. Uma nova forma de aumento da participação privada na economia foi introduzida nos anos 90 através do sistema de concessões de obras de infra-estrutura, no qual a execução e/ou administração dessas obras passam a ser responsabilidade dos agentes privados detentores das concessões e não mais do Estado. (Larraín e Vergara, 2001)

Após a transição para o regime democrático, o país continua a apresentar altas taxas de crescimento, sempre acima dos 5% ao ano (à exceção de 1990, quando o PIB desacelera depois da fortíssima expansão de 1989) , alcançando marcas superiores a 10% em 1992 e 1995. Essa forte expansão econômica, que já durava mais de uma década, é interrompida em 1998 com crise asiática que abalou todos os países latino-americanos e que no Chile teve seus efeitos negativos pela política monetária contracionista adotada pelo Banco Central. A crise aumenta em 1999, ano em que o Chile experimenta uma queda no PIB, fato que não acontecia desde a crise de 1983.

A recessão de 1999, consequência da crise asiática, foi um duro golpe para um país que se acostumou com um crescimento econômico expressivo. A crise fez até com que alguns analistas chegassem a questionar a solidez da economia chilena. Esse questionamento era apoiado no fato de que nessa crise o Chile não conseguiu passar imune como aconteceu durante a crise do México em 1994. Porém, as críticas foram exageradas, como pôde ser comprovado posteriormente com a retomada do crescimento.

A economia chilena foi vulnerável à crise asiática, e não à mexicana, por duas razões fundamentais: a crise asiática teve características distintas, sendo muito mais profunda e generalizada do que a mexicana; e as autoridades econômicas cometeram um erro de política que amplificou a crise asiática, praticando no período uma política monetária recessiva que ajudou a esfriar ainda mais a economia já abalada pela crise. No entanto, a economia mantinha seus bons fundamentos econômicos e estruturais, que permitiram a posterior recuperação econômica do país.

Em 2000, a economia chilena consegue ensaiar uma recuperação, apresentando um crescimento do PIB de 4,5%. Porém, a recuperação não mostrou forças e nos dois anos seguintes o crescimento foi menor, atingindo 2,2 % em 2002. Somente em 2003 a economia volta a apresentar vigor e, ajudado pela conjuntura externa, de forte expansão do comércio internacional e do preço do cobre, apresenta um crescimento na casa de 6% nesse ano e no seguinte e em 2006 o crescimento desacelera um pouco, registrando uma expansão de 4%.

II. 3.1. Tratados Comerciais

Conforme exposto acima, a abertura comercial, iniciada no período do governo militar, foi aprofundada na década de noventa. Essa busca por uma maior inserção no mercado internacional foi feita através de uma nova estratégia adotada em 1992, baseada na

negociação bilateral de acordos comerciais. Essa estratégia se refletiu na assinatura de diversos tratados comerciais na década de noventa e nos anos 2000, como pode ser visto na tabela 01. Além desses tratados já firmados, havia, em 2006, a perspectiva de novos acordos, já que o governo estava em negociação com novos parceiros.

Essa opção por negociações bilaterais permitiu ao Chile conquistar novos mercados para suas exportações, visto que, com os tratados assinados, o país pode exportar seus bens e serviços com tarifas preferências, abaixo da cobradas por seus parceiros para os demais países. Esses tratados também permitem ao Chile se proteger contra praticas desleais de comércio e contra os mecanismos imperfeitos existentes no marco regulatório da OMC, além de dar maior estabilidade para as regras comerciais e permitir o aumento da exportação de bens manufaturados, como maior valor agregado.

Além da promoção das exportações, através da redução ou eliminação das tarifas alfandegárias, os acordos comerciais incluem outros aspectos. Vários tratados englobam cláusulas sobre investimento (com a liberalização de investimentos estrangeiros), serviços (com a abertura do mercado para prestadores de serviços regidos pelo princípio de não-discriminação) e defesa da propriedade intelectual, além de incluir matérias relacionadas a monopólio e empresas públicas, serviços financeiros, eliminação de direitos antidumping, compras do governo, medidas sanitárias e fitossanitárias e transporte aéreo.

Essa constante busca por uma maior integração com o mercado mundial resultou no fato de que o Chile é, atualmente, o país com o maior número de tratados de livre comércio. Esses acordos comerciais, expostos na tabela 01, englobam países e blocos econômicos que representam aproximadamente 90% da população mundial, o que permite ao Chile ter acesso preferencial a quase todo o mercado mundial de bens e serviços. Como resultado desses fatores, o Chile é considerado uma das economias mais globalizadas e competitivas do planeta.

Tabela 01 - Tratados Comerciais Vigentes em 2006

Ano da Assinatura do Tratado	Tipo	País, Região ou Bloco Econômico
2005	A.A.P.	Índia
2005	T.L.C.	China

2005	A.A.E.	P4 (Singapura, Nova Zelândia, Brunei)
2003	T.L.C.	Coréia do Sul
2003	T.L.C.	Estados Unidos (membro do NAFTA)
2003	T.L.C.	E.F.T.A (Liechtenstein, Noruega, Suíça, Islândia)
2002	A.A.E.	U.E (Luxemburgo, Reino Unido, França, Alemanha, Espanha, Itália, Portugal, Bélgica, Holanda, Dinamarca, Irlanda, Áustria, Suécia, Finlândia, Grécia, Polônia, Rep. Checa, Hungria, Eslovênia, Eslováquia, Malta, Chipre, Estônia, Letônia, Lituânia, Bulgária y Romênia)
1999	T.L.C.	América Central (El Salvador, Nicarágua, Honduras, Costa Rica, Guatemala / Membros do MCCA)
1998	T.L.C.	México (Membro do NAFTA)
1998	A.C.E.	Peru (Membro da Comunidade Andina)
1998	A.A.P.	Cuba
1996	T.L.C.	Canadá (Membro do NAFTA)
1996	A.C.E.	MERCOSUL (Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Venezuela)
1994	A.C.E.	Equador (Membro da Comunidade Andina)
1993	A.C.E.	Bolívia (Membro da Comunidade Andina)
1993	A.C.E.	Colômbia (Membro da Comunidade Andina)
1993	A.C.E.	Venezuela (Membro da Comunidade Andina)

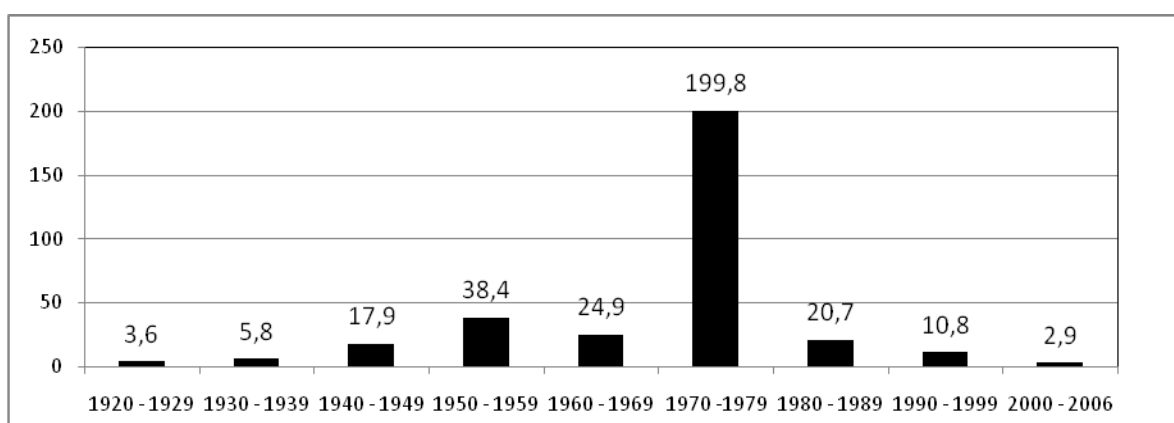
A.A.E.: Acordo de Associação Econômica

T.L.C.: Tratado de Livre Comércio

II. 3.2. O Combate à inflação

Outro aspecto que merece destaque na década de noventa e início do novo milênio é a redução significativa da inflação ao longo da década de noventa, passando de 27,3% em 1990 para 2,6 % em 2006, atingindo um patamar comparável ao dos países mais desenvolvidos. Essa vitória no combate à inflação merece ser ainda mais celebrada quando se lembra que o Chile possui uma longa historia inflacionária que remonta à década de quarenta, quando a inflação media anual chegou aos 18%. O pico dessa história de alta inflação se deu em 1973, quando a taxa alcança incríveis 508%. Um fator fundamental para esse sucesso no controle da inflação foi a instauração da autonomia do Banco Central, ocorrida em dezembro de 1989. Esse sucesso no controle da inflação fica evidenciado no gráfico 01, que mostra a evolução da taxa de inflação desde a década de vinte. Neste gráfico pode-se observar a disparada da inflação na década de 70, quando a média anual atingiu quase 200%, e a queda significativa da taxa nas décadas seguintes, alcançando uma media anual menor do que 3% na primeira década do novo milênio, o menor patamar desde o começo do século XX.

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Inflação (média de cada década em %)



Fonte: Banco Central Chile - "Política monetaria bajo un esquema de metas de inflación en Chile"

Com a independência, o foco do Banco Central passou a ser a garantia da estabilidade econômica, buscando controlar a inflação e evitar crises no sistema bancário e na balança de

pagamentos. Uma medida que foi de suma importância para o controle da inflação foi a adoção do sistema de metas inflacionárias, através do qual o Banco Central estabelece previamente uma meta de inflação para o ano e gerencia suas políticas tendo em vista a meta estabelecida.

A importância do sistema de metas inflacionárias no processo de redução da inflação reside no fato de que o cumprimento da meta é um compromisso do Banco Central, o que transmite aos agentes econômicos uma maior segurança de que a inflação será realmente combatida e permite uma maior previsibilidade para as decisões dos agentes econômicos, facilitando as decisões de investimento das empresas. A definição a priori da meta de inflação, portanto, mínima a incerteza nos cálculos dos empresários e funciona como um balizador das expectativas de inflação dos agentes.

Desde que foi adotado o sistema de metas de inflação, as metas anuais perseguidas pelo Banco Central tem sido declinantes. Nos primeiros 4 anos do sistema (1991 – 1994), foi estabelecido um intervalo para a meta, enquanto entre 1995 e 1999 foi anunciada uma meta pontual para cada ano. Já a partir do ano 2000, o Banco Central passou a perseguir uma inflação de 3% num horizonte de 2 anos, com uma tolerância de desvio de 1% (ou seja, a inflação perseguida passou a ser de um intervalo entre 2% e 4%, com o centro da meta em 3%). (Banco Central do Chile, 2007)

Como pode ser visto na tabela 02, desde que foi adotado o sistema de metas de inflação em 1991, a inflação efetiva se manteve dentro ou abaixo da meta na maioria dos anos, sendo que nos anos em que a meta não foi alcançada a inflação observada não foi muito superior à perseguida (o maior desvio da meta foi de um ponto percentual em 1998).

O sucesso do Banco Central em alcançar a meta de inflação pode ser comprovado pelo gráfico 02, que mostra os desvios da taxa de inflação observada em relação à meta estabelecida nos países que adotaram o sistema de metas inflacionárias. O Chile era, até 2005, o segundo país com melhor desempenho no cumprimento das metas de inflação, perdendo apenas para a Colômbia.

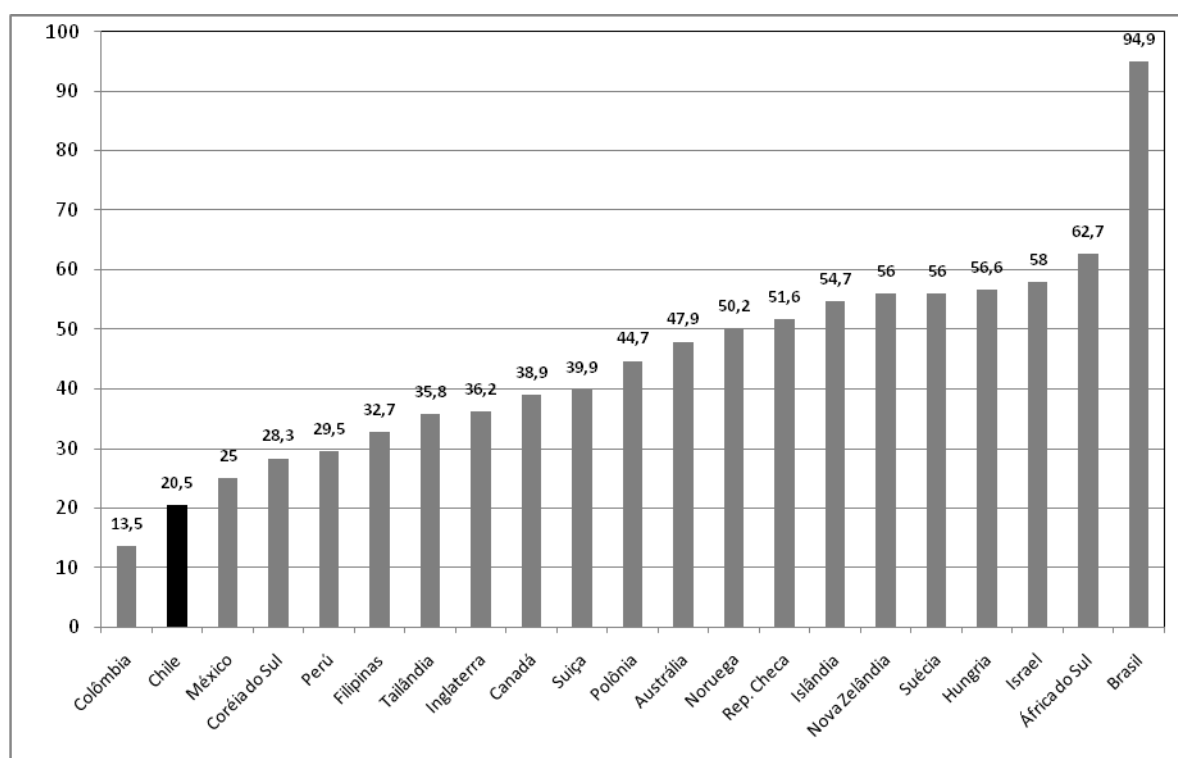
Tabela 02 - Inflação: Cumprimento das Metas

	Meta de Inflação anual (em %)	Inflação Efetiva (Variação do IPC em %)
1989		21,4

1990		27,3
1991	15 -20	18,7
1992	13 - 16	12,7
1993	10 -12	12,2
1994	9 -11	8,9
1995	9,0	8,2
1996	6,5	6,6
1997	5,5	6
1998	4,5	4,7
1999	4,3	2,3
2000	3,5	4,5
2001	2 - 4	2,6
2002	2 - 4	2,8
2003	2 - 4	1,1
2004	2 - 4	2,4
2005	2 - 4	3,7
2006	2 - 4	2,6

Fonte: Banco Central do Chile

Grafico 02 - Desvios relativos da taxa de inflação efetiva em relação à meta estabelecida (média anual em % até 2005)



Fonte: Banco Central Chile - "Política monetaria bajo um esquema de metas de inflación en Chile"

II. 3.3. Controle de Capitais

A década de noventa no Chile também foi marcada pela adoção de um controle de capitais, medida que já tinha sido utilizada pelo país anteriormente durante um curto período (1978 -1982). Esse sistema foi reintroduzido em 1991 e ilustra o uso típico de controles à entrada, como objetivos preventivos, num momento de abundância de liquidez internacional.

O uso de controle de capitais pelo Chile não implicou, ao contrario do que aconteceu em outros países, uma aversão à integração internacional. Prova disso é o fato de que a relação fluxo de comércio/PIB mais do que dobrou entre os períodos 1970 – 1973 e 1989 - 1999, quando o fluxo de comércio superou 60% do PIB. Ou seja, o controle de capitais imposto nos anos noventa não significou uma reversão na estratégia de abertura comercial iniciada no período militar.

A instituição de controles à entrada de capitais de curto prazo, a despeito da continuidade da estratégia de abertura comercial, ocorreu por dois motivos principais. Primeiro, a conta corrente chilena era robusta e gerava divisas suficientes. Segundo, os efeitos negativos do ciclo de endividamento nos anos setenta e oitenta levaram a uma maior prudência por parte do governo. (Bastos et al, 2004)

O controle de capitais implantado pelo Chile combinou instrumentos diretos e indiretos à entrada. Os controles indiretos ou “precificados” foram implantados em 1991 com a exigência de depósito compulsório não remunerado, estabelecido em 20% dos empréstimos externos. Esses controles evoluíram já em 1992, tanto em termos de abrangência (passaram a incidir sobre outras formas de aplicação financeira) como em parcela retida (elevada a 30%). Essa ampliação dos controles indiretos ocorreu devido à maior pressão de entrada de capitais e foi acompanhado da implementação de controles diretos (exigências de prazo de permanência e, para tomadores de crédito, exigência de rating elevado atribuído por agências internacionais de classificação de risco).

Essa evolução no nível dos controles à entrada de capitais é muito significativa, pois o Chile seguia o caminho inverso de outros países da região que, induzidos pela “desregulamentação competitiva” e pela crença nas vantagens da globalização financeira, reduziam controles cambiais. Até 1998, quando chegou ao fim o boom dos mercados emergentes, os controles chilenos continuaram a ser graduados de acordo com as oscilações da oferta de liquidez internacional, sendo variavelmente endurecidos ou relaxados – com

mudanças nos prazos de permanência, impostos e percentuais de reservas não remuneradas. A partir de 1998, porém, os controles passaram a ser relaxados, em grande parte devido à queda no fluxo de recursos para países emergentes em decorrência da crise asiática nesse ano e da Rússia no seguinte, até serem praticamente extintos em 2001. Em 2002, a possibilidade de imposição de controles de capital foi severamente restringida pela conclusão do Acordo de Livre Comércio com os Estados Unidos, impossibilitando o controle em relação aos capitais oriundos desse país ou que tenham passado por ele antes de se redirecionar ao Chile. (Edwards, 1999)

Devido a esses controles, o país conseguia ser menos vulnerável ao contágio dos “humores” dos mercados internacionais de capital do que os demais países da região, conseguindo alongar prazos de passivos externos, controlar o ritmo de apreciação cambial, com revalorizações pequenas e graduais e preservar uma maior autonomia de política macroeconômica.

Um ponto negativo do sistema de controle de capitais adotado pelo Chile é de que foram estabelecidos controles apenas à entrada de capitais, não sendo implantado nenhum tipo de controle à saída. Reflexo dessa falta de preocupação com a saída de capitais foi o fato de que, ao mesmo tempo em que eram erguidos os controles à entrada de capitais, ocorreu a liberalização das formas e condições de envio de recursos ao exterior. Devido a isso, o Chile não se mostrou uma ilha imune ao contágio da crise financeira de 1997-1998, experimentando fuga de capitais de residentes e de não residentes que tinham internalizado recursos há mais de um ano.

A lição a retirar não aponta nem para a ineficiência nem para a ineficácia de controles de capital, mas sim para a necessidade de que esses controles abranjam também a saída. De fato, a experiência chilena nos anos 1990, embora limitada no escopo e no tempo, ilustra as vantagens de controles à entrada em um momento de abundância de liquidez internacional e, por outro lado, os limites de uma estratégia que, ao contrário de China, Índia e Malásia, não conte com controles à saída em momentos de “fuga para a qualidade”. (Bastos et al, 2004)

II. 4. Desempenho econômico

II. 4.1. A “era dourada”

O período compreendido entre 1984 e 1998 foi o melhor período da história econômica recente do Chile, ficando conhecido como a “era dourada” (ver tabela 3). Foram 15 anos de crescimento ininterrupto do PIB, alcançando uma média expressiva de 7% ao ano. Não há registro nos dados históricos de nenhum período de crescimento tão prolongado na história da economia chilena. Esse período não se destaca somente na história da economia chilena, mas também se destaca na América Latina, onde nenhum outro país conseguiu apresentar um crescimento tão forte, sólido e prolongado.

Tabela 03 - Chile: Principais Indicadores Macroeconômicos, 1974 – 2006

	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980
1. Variação do PIB (em%)	1,0	-13,3	3,2	8,3	7,8	7,1	7,7
2. Taxa de desemprego (média anual em %) ¹	n.d.	14,9	12,7	11,8	14,2	13,6	10,4
3. Formação Bruta de Capital Fixo (em% do PIB a preços correntes)	18,9	16,7	13,8	15,2	16,5	17,7	20,9
4. Poupança Nacional (em % do PIB a preços correntes)	n.d.	9,5	16,9	13,8	15,3	16,7	19,3
5. Evolução Real dos Salários (média anual em %)	2,3	-3,4	3,0	10,3	6,3	8,3	8,6
6. Taxa de Câmbio Real (1986 = 100) ³	n.d.	n.d.	n.d.	57,1	68,1	70,2	60,8
7. Inflação (IPC %) ⁴	369,2	343,3	197,9	84,2	37,2	38,9	31,2
8. Saldo da Conta Corrente (US\$ MM)	n.d.	n.d.	147,7	-551,0	-1.087,9	-1.189,4	-1.970,6
9. Saldo da Conta de Capitais (US\$ MM)	n.d.	n.d.	606,5	560,1	2.045,0	2.474,9	1.920,9
10. Saldo da Balança de Pagamentos (US\$ MM)	n.d.	n.d.	414,0	113,0	712,0	1.047,0	1.244,1
	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
1. Variação do PIB (em%)	6,7	-13,4	-3,5	6,1	3,5	5,6	6,6
2. Taxa de desemprego (média anual em %) ¹	11,3	19,6	14,6	13,9	12,0	12,3	11,0
3. Formação Bruta de Capital Fixo (em% do PIB a preços correntes)	23,2	15,8	13,7	16,3	17,7	17,1	19,4
4. Poupança Nacional (em % do PIB a preços correntes)	14,2	4,9	6,9	6,5	7,8	11,5	17,3
5. Evolução Real dos Salários (média anual em %)	9,0	0,3	-10,9	0,2	-4,5	2,0	-0,2
6. Taxa de Câmbio Real (1986 = 100) ³	52,9	59,0	70,8	74,0	90,9	100,0	104,3
7. Inflação (IPC %) ⁴	9,5	20,7	23,1	23,0	26,4	17,4	21,5
8. Saldo da Conta Corrente (US\$ MM)	-4.732,6	-2.034,2	-1.117,3	-2.110,5	-1.413,0	-1.191,2	-735,5
9. Saldo da Conta de Capitais (US\$ MM)	4.630,8	2.379,8	1.049,1	1.922,8	1.482,8	968,7	890,2
10. Saldo da Balança de Pagamentos (US\$ MM)	66,9	-1.164,9	-540,9	17,3	-98,6	-227,5	45,4
	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
1. Variação do PIB (em%)	7,3	10,6	3,7	8,0	12,3	7,0	5,7
2. Taxa de desemprego (média anual em %) ¹	9,9	8,0	7,8	8,2	6,7	6,5	7,8
3. Formação Bruta de Capital Fixo (em% do PIB a preços correntes)	20,3	23,6	23,1	19,9	22,4	24,9	23,3
4. Poupança Nacional (em % do PIB a preços correntes)	22,3	23,3	23,2	22,3	21,5	20,9	21,1
5. Evolução Real dos Salários (média anual em %)	6,5	1,9	1,8	4,9	4,5	3,5	6,5
6. Taxa de Câmbio Real (1986 = 100) ³	111,2	108,6	112,7	106,4	97,6	96,9	94,2
7. Inflação (IPC %) ⁴	12,7	21,4	27,3	18,7	12,7	12,2	8,9
8. Saldo da Conta Corrente (US\$ MM)	-231,2	-689,9	-484,9	-98,1	-958,2	-2.553,4	-1.585,3

9. Saldo da Conta de Capitais (US\$ MM)	353,7	723,1	533,8	-291,4	587,8	2.565,7	2.142,5
10. Saldo da Balança de Pagamentos (US\$ MM)	731,8	437,4	2.368,4	1.237,6	2.498,4	577,6	3.194,3
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
1. Variação do PIB (em%)	10,6	7,4	6,6	3,2	-0,8	4,5	3,4
2. Taxa de desemprego (média anual em %) ¹	7,4	6,5	6,1	6,2	10	9,7	9,9
3. Formação Bruta de Capital Fixo (em% do PIB a preços correntes)	23,9	26,4	27,1	26,1	20,8	20,7	21,7
4. Poupança Nacional (em % do PIB a preços correntes)	23,8	23,1	23,1	21,8	21	20,6	20,6
5. Evolução Real dos Salários (média anual em %)	4,8	4,1	2,4	2,7	2,4	1,4	1,6
6. Taxa de Câmbio Real (1986 = 100) ³	88,9	84,7	78,2	78,0	82,3	86	95,7
7. Inflação (IPC %) ⁴	8,2	6,6	6,0	4,7	2,3	4,5	2,6
8. Saldo da Conta Corrente (US\$ MM)	-1.345,1	-3.082,7	-3.660,7	-3.918,4	99,5	-897,4	-1.100,3
9. Saldo da Conta de Capitais (US\$ MM)	1.217,5	3.063,7	3.422,1	4.160,2	974,8	450,8	1.958,0
10. Saldo da Balança de Pagamentos (US\$ MM)	1.060,8	1.122,0	3.319,7	-2.194,1	-737,4	336,8	-596,1
	2002	2003	2004	2005	2006		
1. Variação do PIB (em%)	2,2	3,9	6,0	5,7	4,0		
2. Taxa de desemprego (média anual em %) ¹	9,8	9,5	10,0	9,3	8,0		
3. Formação Bruta de Capital Fixo (em% do PIB a preços correntes)	21,3	20,1	19,1	20,6	19,3		
4. Poupança Nacional (em % do PIB a preços correntes)	20,7	20,0	22,2	23,5	24,0		
5. Evolução Real dos Salários (média anual em %)	2,0	0,9	1,8	1,9	2,0		
6. Taxa de Câmbio Real (1986 = 100) ³	96,9	104,3	99,2	95,1	91,7		
7. Inflação (IPC %) ⁴	2,8	1,1	2,4	3,7	2,6		
8. Saldo da Conta Corrente (US\$ MM)	-580,1	-778,7	2.074,5	1.315,0	5.256,1		
9. Saldo da Conta de Capitais (US\$ MM)	1.518,6	1.551,1	1.804,9	-51,4	-6.792,2		
10. Saldo da Balança de Pagamentos (US\$ MM)	198,6	-365,6	-190,8	1.715,7	1.997,5		

n.d. : não disponível

¹ Mudança de metodologia em 1992

² Mudança de metodologia em 1993. Foi utilizado como deflator o IPC corrigido de Cortazár e Marshall (1980)

³ Um aumento desse indicador corresponde a uma depreciação do peso chileno

⁴ Para 1974 - 1978 foi utilizado o IPC corrigido de Cortazár e Marshall (1980)

Fonte: Banco Central do Chile

II. 4.2. O cenário em 2006

A superação da crise asiática, confirmada pela forte expansão a partir de 2003, mostrou que economia chilena possui uma estrutura sólida capaz de atravessar períodos de dificuldades sem abalar seus bons fundamentos.

Segundo dados do FMI (2007) o Chile, apesar de ter apenas a sétima maior população da América Latina (pouco mais de 16 milhões de habitantes), possuía em 2006 a quinta maior economia da região, com um PIB nominal de mais de 145 bilhões de dólares. Já em termos de PIB per capita, o país tinha o valor mais alto da América Latina, atingindo mais 8,8 mil dólares.

Em 2006, o PIB chileno apresentou um crescimento de 4%, a menor expansão desde 2003, porém mostrando força após as altas taxas dos anos anteriores. A inflação foi de 2,6%, demonstrando está controlada. Já a taxa de desemprego foi de 7,8%, a menor desde 1998.

A economia do Chile se caracteriza por ser essencialmente aberta, voltada para a exportação. Sua pauta exportadora, em 2006, era composta por 45% de bens industriais, 45% de bens minerais (essencialmente cobre) e 10% de bens agrícolas. Essas cifras se modificam constantemente de acordo com a variação do preço do cobre, que representava mais de 30% das vendas chilenas ao exterior. O Chile é o maior produtor e exportador de cobre do mundo, possuindo quase 40% das reservas e uma parcela de mais de 35% do mercado mundial. Dentre os produtos indústrias, destacam-se a exportação de celulose, metanol, insumos agrícolas, produtos químicos e alimentícios. As indústrias florestal, moveleira, de salmão e de vinho (reconhecido internacionalmente por sua qualidade) também adquiriram grande importância na última década. Os produtos minerais mais relevantes são os semimanufaturados de cobre. Já na agricultura destaca-se a exportação de frutas e hortaliças.

O Chile é conhecido por ser um dos maiores defensores do liberalismo econômico e do livre comércio. Nesse sentido, o país vem praticando há décadas uma política de redução de tarifas alfandegárias e eliminação de barreiras comerciais. Essa constante busca por uma maior integração com o mercado mundial se reflete no fato de que o Chile é o país com o maior número de tratados de livre comércio. Esses acordos comerciais englobam países e blocos econômicos que representam aproximadamente 90% da população mundial, o que permite ao Chile ter acesso preferencial a quase todo o mercado mundial de bens e serviços. Como resultado desses fatores, o Chile é uma das economias mais globalizadas e competitivas do planeta. (Piñera, 2007)

Um dos maiores desafios do Chile é reduzir sua dependência em relação ao cobre, que, apesar de ter sua participação nas exportações reduzida de mais de 60% na década de setenta para pouco mais de 30% em 2006, ainda faz com que o saldo comercial e o crescimento do país sejam muito influenciados pelo nível de preços desse mineral.

CAPITULO III – POBREZA E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Este último capítulo analisa a evolução do nível de pobreza e indigência no país, destacando um dos maiores problemas da economia chilena na atualidade: a desigualdade de renda.

Como será visto a seguir, o forte crescimento observado no país desde a década de oitenta levou a uma diminuição da pobreza e do nível de indigência no país, refletida na melhora dos indicadores sociais e na elevação da renda per capita no país. Porém, essa melhora na qualidade de vida da população não foi acompanhada de um progresso na a distribuição de renda no país, que continuava a ser, em 2006, uma das nações mais desiguais do mundo.

III. 1. Desempenho Social

Após os 15 anos de crescimento ininterrupto apresentado pelo Chile entre 1984 e 1998, período que ficou conhecido a “*era dourada*” (ver seção II. 4.1), a renda per capita em 1998 beirava os cinco mil dólares, sendo que ajustado pela paridade do poder de compra, segundo estudo do Banco Mundial, chegava aos oito mil e quinhentos dólares. Esse patamar de renda per capita se situava entre os mais altos da América Latina.

Em termos sociais, o avanço alcançado nas últimas três décadas do século passado também foi significativo, como pode ser observado na tabela 4. A esperança de vida passou dos 64 anos em 1970 para 75 em 1998. a taxa de mortalidade infantil, que era de 82,2 por mil habitantes, caiu para 18,9 por mil habitantes em 1988 e chegou a 10,3 por mil habitantes em 1998. A taxa de analfabetismo, situada em 11% da população adulta em 1970, caiu para 4,6% em 1998. A parcela da população com acesso a água potável passou de 66% em 1970 para 99% em 1998. O numero de linhas telefônicas por mil habitantes subiu de 37,2 para 185,7 entre 1970 e 1998. A parcela da população situada abaixo da linha de pobreza caiu de 45% em 1987 para 22% em 1998.

Apesar desse avanço em diversos indicadores sociais, a distribuição de renda no país manteve praticamente na mesma situação durante esse período. O Chile se manteve como um dos países mais desiguais do mundo, o que coloca a distribuição de renda como um dos principais obstáculos a serem superados pelo país para atingir um maior nível de qualidade de vida.

Tabela 04 - Chile: Avanço dos Indicadores Sociais entre 1970 e 1980

	1970	1998
1. Esperança de Vida ao Nascer (em anos)	64,0	75,00
2. Taxa de Mortalidade Infantil (por mil habitantes)	82,2	10,30
3. Taxa de Analfabetismo (em % da população com 15 anos ou mais)	11,0	4,60
4. Acesso a Água Potável (por mil habitantes)	66,0	99,00
5. Linhas Telefônicas (por mil habitantes)	37,2	185,70
5. Automóveis (por mil habitantes)	18,5	83,40
6. Televisões (por mil habitantes)	36,4	250,4 ¹
7. Índice de Gini (região da grande Santiago)	0,4	0,468 ²

1 Dado de 1992

2 Dado de 1996

Fonte: Banco Central do Chile e INE

Essa melhora de indicadores econômicos e sociais verificada no período da “*era dourada*” foi resultado de dois fatores: as reformas econômicas postas em prática desde a década de setenta pelo governo militar e a manutenção, por parte do governo que assumiu após a redemocratização em 1989, das bases do modelo econômico adotado no governo Pinochet, proporcionando a estabilidade necessária para o crescimento sustentado.

Em termos sociais, o país conta com indicadores no nível de países desenvolvidos, se destacando entre os países da América Latina. A esperança de vida, em 2006, superava os 77 anos, taxa de mortalidade infantil se situava na faixa de oito por mil habitantes e a taxa de analfabetismo abaixo de 4%. O IDH era de 0,859 (38º do mundo), situado no grupo de países classificados como de alto desenvolvimento.

O expressivo crescimento das últimas décadas contribuiu para melhorar todos os indicadores sociais e para diminuir a pobreza para menos de 14% em 2006 (em 1987 esse indicador superava os 45%). Essa melhora significativa dos indicadores sociais fez com que o Chile fosse o primeiro país da América Latina a cumprir e, inclusive, superar as metas do milênio de redução da pobreza estabelecidas pela ONU. (Casen, 2006)

Apesar de toda essa melhora nos indicadores econômicos e sociais, a economia chilena ainda apresenta um grande problema: a desigualdade de renda. O Chile era, em 2006, um dos países mais desiguais do mundo, apresentando uma enorme diferença social entre os ricos e os pobres. O índice de Gini permaneceu num patamar praticamente inalterado desde

2001, atingindo em 2006, um dos maiores do mundo (quanto mais próximo de um mais desigual é o país). (PNUD, 2006)

Tabela 05- Chile em 2006: Dados Econômicos e Sociais

PIB Total (US\$ MM)	145.845
PIB Per Capita (US\$)	8.875
Exportações (mil US\$ FOB)	58.116
Importações (mil US\$ CIF)	35.903
Dívida Pública (em % do PIB)	5,3
Superávit Fiscal (em % do PIB)	7,7
Inflação (IPC %)	2,6
Taxa de Desemprego (em % do PIB)	8,0
IDH	0,859
Índice de Pobreza (em % da população)	13,7
Índice de Gini	0,571
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil Habitantes)	8,58
Esperança de vida (em anos)	76,77
Taxa de Analfabetismo(em % da população)	4,3

Fontes: Banco Central do Chile; INE; Cia World Factbook, PNUD, MIDEPLAN

III. 1. Pobreza

Uma análise dos indicadores de pobreza e indigência, apresentados nas Tabelas 06 e 07, evidencia a melhora do nível de vida da população entre 1990 e 2003, refletida na diminuição dos níveis de pobreza e indigência no período. Deve-se ressaltar que em todas as regiões e, em nível nacional, houve reduções nos níveis de pobreza e indigência em aproximadamente 2/3 do patamar que existia em 1990.

Tabela 06 - Chile: Nível de Pobreza por Regiões (em % da População)

Regiões	1990	1998	2003	2006
Tarapacá	28,3	15,6	18,5	14,5
Antofagasta	34,1	12,7	11,2	7,3
Atacama	34,2	28,7	24,9	10,5
Coquimbo	45,3	24,8	21,5	15,9
Valparaíso	43,2	18,8	19,4	15,3
O'higgins	41,1	22,9	19,2	11,4
Del Maule	42,8	29,3	23,1	17,7
BíoBío	47,5	32,2	28,0	20,7
Araucania	46,4	34,8	29,7	14,0

Los Lagos	39,8	29,2	21,8	11,8
Aisén	32,8	15,1	14,2	9,2
Magallanes e Antártica	30,0	12,0	12,3	6,3
Metropolitana	33,0	15,4	13,1	10,6
Nível Nacional	38,6	21,7	18,7	13,7

Fonte: MIDEPLAN, CASEN 2006

Tabela 07 - Chile: Nível de Indigência por Regiões (em % da População)

Regiões	1990	1998	2003	2006
Tarapacá	6,4	3,8	3,2	3,1
Antofagasta	9,7	2,6	3,2	2,1
Atacama	8,6	5,3	8,1	2,8
Coquimbo	15,8	6,1	5,3	2,8
Valparaíso	15,6	4,2	4,7	2,9
O'higgins	14,9	5,3	4,0	2,1
Del Maule	15,0	6,9	5,6	4,2
BíoBío	18,0	10,0	8,4	5,2
Araucania	21,6	11,9	9,5	6,1
Los Lagos	13,6	8,7	4,8	3,6
Aisén	9,0	1,7	4,2	4,2
Magallanes e Antártica	8,6	1,1	2,5	2,5
Metropolitana	9,6	3,5	2,9	2,4
Nível Nacional	13,0	5,6	4,7	3,2

Fonte: MIDEPLAN, CASEN 2006

As regiões que apresentaram uma maior redução nos níveis de pobreza também foram as líderes na redução nos níveis de indigência. Em 1990, todas as regiões registravam expressivo número de famílias pobres, onde a taxa de famílias na linha de pobreza, à exceção da região de Tarapacá, estava acima de 30%. As regiões de Coquimbo, Valparaíso, O'higgins, Del Maule, Bío Bío, Araucanía e Los Lagos apresentavam uma incidência de famílias pobres acima da média nacional. Já as regiões de Tarapacá, Antofagasta, Atacama, Aisén, Magallanes e Antártica e Metropolitana registravam uma menor ocorrência de famílias pobres que em nível nacional.

Entre 1990 e 1998 a maior redução no nível da pobreza ocorreu na região norte do país nas regiões de Tarapacá e Antofagasta, que destinam parcela significativa de sua produção ao mercado internacional. Entre 1998 e 2003 a maior redução da pobreza se deu na região de Araucanía. Esta região apresentou um bom crescimento econômico, destinando grande parte

de sua produção para atender o mercado interno. Essa região também é marcada pelo baixo valor agregado de sua produção e teve como principal gerador de empregos o setor agrícola. Segundo o MIDEPLAN (Ministério de Planificación), nessa região houve intervenções do governo em educação e saúde para reduzir o nível de pobreza.

Conforme visto no capítulo II, o Chile apresentava em 2006 indicadores sociais comparáveis aos das nações mais desenvolvidas, se destacando entre os países da América Latina. O forte crescimento apresentado pelo país desde a década de oitenta foi fundamental para a melhora da qualidade de vida da população, refletida na redução, desde 1990, em 2/3 da pobreza tanto em nível nacional como regional. Porém, segundo Meller (2000), esse crescimento não pode ser considerado o único fator responsável por essa melhora. As políticas públicas implantadas durante o governo democrático também constituíram um elemento muito importante para a redução da pobreza e da indigência no país.

Segundo a visão de Larrañaga (1999), o rápido ritmo de crescimento econômico, que vem ocorrendo desde 1985 no Chile, explicaria 80% da redução do nível de pobreza, enquanto as políticas públicas só teriam contribuído em 20%. Essa divergência de opinião acerca de uma maior ou menor importância das políticas públicas para a redução da pobreza e indigência no país mostram o quanto controverso é esse tema, porém, não deixa dúvidas de que essas políticas contribuíram em algum grau para a melhora de vida da população. A divergência se dá apenas em relação a quanto contribuíram e não se contribuíram.

Voltando a análise de Meller (2000), o autor sustenta que os programas sociais, voltados para saúde e educação primária, tiveram uma alta incidência nas famílias pobres. Eles por si só representam cerca de 50% das rendas autônomas destas famílias de mais baixa renda; ou seja, os subsídios em saúde e educação representam um complemento de 50% para esse grupo de renda mais baixa. É importante ressaltar que os gastos em saúde e educação são bastante focalizados, sendo que quase 50% dos gastos em saúde e 35% do gasto em educação estão orientados para as famílias pobres. Este autor acrescenta que a política social contribuiu de maneira importante para melhorar a situação distributiva, compensando em parte a regressiva desigualdade inicial de rendas.

. Nesse sentido, a intervenção ativa do Estado na economia desempenha um papel importante na organização social, pois, se a economia chilena deixasse somente o livre mercado equilibrar o sistema, não teria alcançado tanto êxito na diminuição dos indicadores de pobreza e indigência.

III. 3. Distribuição de renda

III. 3.1 Crescimento sem distribuição

Conforme visto no capítulo II, o Chile apresentou um crescimento muito forte e prolongado a partir 1985, o que fez com que a economia do país ganhasse grande destaque na América Latina. Esse crescimento teve efeitos sobre a renda per capita do país, que mais do que dobrou entre 1990 e 2006, o que significa uma elevação significativa do nível de vida da população, com o aumento do poder aquisitivo da população.

Esse crescimento da renda per capita não foi acompanhado por uma melhora do nível de distribuição de renda. Como pode ser visto na tabela 08 a parcela dos 20% mais ricos da população (quartil V) concentram desde 1990 em torno de 60% da renda nacional. Já a parcela dos 20% mais pobres (quartil I) mantém nesse mesmo período uma participação em torno de 4% da renda nacional. A continuidade da má distribuição de renda no país fica evidenciada na tabela, que mostra que a participação de cada quintil na renda nacional se mantém praticamente inalterada entre 1990 e 2006, sem nenhuma variação significativa em nenhum quintil.

Tabela 08 - Chile: Distribuição de Renda (em % por quintil de renda)

Quartil	1990	2000	2003	2006
I- 20% mais pobres	3,5	3,4	3,7	4,1
II-	7,0	6,9	7,2	7,8
III-	11,0	10,7	11,0	11,8
IV-	17,9	17,6	17,8	18,7
V- 20% mais ricos	60,6	61,5	60,4	57,7

Fonte: CEPAL, Anuário Estadístico de América Latina y el Caribe 2006 e 2007

O índice de Gini, como pode ser visto na tabela 09, permanece praticamente inalterado desde 1990, oscilando em torno de 0,57, o que coloca o Chile entre os países mais desiguais do mundo.

Tabela 09 - Chile: Coeficiente de Gini

	1990	1992	1994	1996	1998	2000	2003	2006
Coeficiente Gini	0,58	0,57	0,58	0,57	0,58	0,58	0,57	0,57

Fonte: PNUD, Relatório de Desenvolvimento Humano 1990 - 2006

Há também outro coeficiente, apresentado na tabela 10, que expõe a alta concentração de renda no país. Esse coeficiente, que mede a relação entre a renda dos 20% mais ricos da população e os 20% mais pobres, não teve alteração significativa entre 1990 e 2003, indicando que, apesar da melhora observada na renda per capita no período, a renda relativa dos ricos e pobres não apresentou grandes variações.

Tabela 10 - Relação da Renda entre Ricos e Pobres

	1990	2000	2003	2006
Relação 20% mais ricos sobre os 20% mais pobres	17,3	18,1	16,3	14,1

Fonte: CEPAL, Anuário Estadístico de América Latina y el Caribe 2006 e 2007

III. 3. 2. Desigualdades regionais

Além da grande desigualdade de renda entre ricos e pobres, exposta na seção acima, há também no Chile uma profunda desigualdade entre as diversas regiões do país. Nessa seção será feita uma análise detalhada da distribuição de renda em nível regional, mostrando como o crescimento econômico é desigual no país, havendo regiões bastante ricas, enquanto outras onde a população tem um padrão de vida bem modesto.

O Chile é um país localizado na costa do oceano pacífico sul, dividido administrativamente em treze regiões, que, ao longo da década de 90, passaram por significativas mudanças, organizacionais e produtivas, impulsionadas para uma reestruturação produtiva pela qual passou esse país, decorrente de uma nova inserção na divisão internacional do trabalho. A manutenção pelo governo democrático da política implantada pelo governo militar de promoção e diversificação das exportações e a agregação de valor na

produção, proporcionada pelo aumento dos investimentos produtivos, frutos dos IED, proporcionou um crescimento da renda e da riqueza nestas regiões.

A tabela 11 apresenta os indicadores referentes à variação média do PIB e a participação regional no PIB nacional no período de 1990/ 2003. Nessa tabela nota-se que as regiões apresentam comportamentos produtivos bastante distintos. As regiões que apresentaram maior crescimento foram a região de Coquimbo, Los Lagos, de Tarapacá, Antofagasta e Atacama. Estas últimas três regiões têm como característica comum o fato de serem grandes produtoras e exportadoras de minérios, principalmente o cobre, evidenciando o fato de que o crescimento da economia chilena esteve sempre muito relacionado com a renda derivada da venda desse minério. Outro aspecto relevante da tabela 10 refere-se à participação do PIB de cada região no PIB nacional. Pode-se observar que a Região Metropolitana de Santiago concentrava mais de 40% da produção de riqueza do país em 2003, o que mostra a excessiva concentração da produção na capital do país, considerando que o resto do país é uma extensa faixa litorânea de quase 4.300 Km. Esta região concentra a imensa maioria das empresas de serviços financeiros e de comércio do país, sendo considerada o pulmão financeiro e comercial do Chile.

Tabela 11 - Indicadores do PIB por regiões

	<i>I</i>	<i>II</i>	<i>III</i>	<i>IV</i>	<i>V</i>	<i>RMS</i>	<i>VI</i>	<i>VII</i>	<i>VIII</i>	<i>IX</i>	<i>X</i>	<i>XI</i>	<i>XII</i>
Varição anual média do PIB entre 1990 e 2000 (em %)	6,7	7,1	8,5	7,0	4,2	5,4	4,6	5,8	3,4	5,1	6,2	5,7	2,0
Participação no PIB Nacional em 2000 (em%)	3,5	7,4	2,0	2,5	9,1	48,2	4,4	3,8	9,4	2,8	4,9	0,6	1,4

Fonte: MIDEPLAN - Empalme Series de PIB Regionales 1960-2001, Base 1996

REGIÕES: I: De tarapacá, II: De Antofagasta, III: De Atacama, IV: De Coquimbo, V: De Valparaíso, RMS: Metropolitana, VI: Del Libertador O'higgins, VII: Del Maule, VIII: Del Bío Bío, IX: De Araucanía, X: De Los Lagos, XI: Aisén, XII: De Magallanes e Antártica.

A tabela 12 mostra um panorama das exportações chilenas por regiões. No que diz respeito ao crescimento das exportações, pode-se observar na tabela que a variação das exportações na década de 1900 ocorreu em níveis desiguais entre as regiões. A taxa de crescimento anual média variou de significativos 14,8% na região de Los Lagos à apenas 1% na região de Araucania.

Já analisando a participação de cada região nas exportações do país, a região que se destaca é a de Antofagasta, com 24,9% das exportações do país. Localizada no Norte do Chile, esta região é a maior produtora de minerais do país, sendo o cobre o seu principal produto exportado. Também merece destaque a Região Metropolitana de Santiago, que participa com 14,6% das exportações do país. Essa região, ao contrário da Região de Antofagasta, onde predomina a exportação de cobre possui uma pauta de exportações bastante diversificada, destacando-se as exportações de produtos industrializados. Em terceiro lugar no ranking de regiões exportadoras, aparece a região de Bío Bío, que também exporta majoritariamente produtos industrializados, principalmente alimentos e celulose.

Tabela 12 - Exportações por regiões

Regiões	<i>I</i>	<i>II</i>	<i>III</i>	<i>IV</i>	<i>V</i>	<i>RMS</i>	<i>VI</i>	<i>VII</i>	<i>VIII</i>	<i>IX</i>	<i>X</i>	<i>XI</i>	<i>XII</i>
Variación anual média das Exportações entre 1990 e 2000 (em %)	14,2	4,62	5,61	6,1	2,49	10,4	2,69	11,1	7,04	1,01	14,8	8,82	7,78
Participação nas Exportações Nacionais em 2000 (em %)	6,91	24,9	5,26	4,24	8,39	14,6	7,62	2,51	13,8	0,16	6,29	0,87	2,4

Fonte: MIDEPLAN - Las Exportaciones Regionales de Chile en la Perspectiva de la Globalización. Período 1990-2000.

REGIÕES: I: De Tarapacá, II: De Antofagasta, III: De Atacama, IV: De Coquimbo, V: De Valparaíso, RMS: Metropolitana, VI: Del Libertador O'higgins, VII: Del Maule, VIII: Del Bío Bío, IX: De Araucanía, X: De Los Lagos, XI: Aisén, XII: De Magallanes e Antártica.

Outra observação interessante dos dados disponibilizados nas duas tabelas acima é o fato de que as regiões que tiveram um alto crescimento nas exportações também tiveram um crescimento do PIB elevado em termos relativos, o que evidencia que as exportações possuem um peso significativo no crescimento das diversas regiões do país. Este é do caso das regiões de Tarapacá, Del Maule e Los Lagos. Essa relevância das exportações para o país também fica atestado quando observamos nas tabelas que as quatro regiões com maior participação nas exportações do país, as regiões de Antofagasta, Metropolitana de Santiago, Valparaíso e de Bío Bío, são também as regiões com maior participação no PIB nacional.

Como as vendas externas explicam grandes parte o crescimento das diversas regiões do país e as exportações têm pesos diferenciados nas diferentes regiões, o impacto na distribuição de renda também é diferente em cada região.

Para ajudar na análise são apresentados os Coeficientes de Gini para os anos 1990 e 2003, na Tabela 132. Nessa tabela se pode verificar que o Coeficiente de Gini para o país como um todo permaneceu praticamente estável, indicando que, na média, não houve alterações na distribuição de renda no país nos últimos 13 anos.

Entretanto, fazendo-se uma análise em nível regional observa-se um comportamento diferenciado. Na região Metropolitana de Santiago houve uma piora de 1,75% na concentração de renda (lembrando que quanto maior o indicador pior é a distribuição de renda). Em contraposição nas regiões exportadoras de Antofagasta, Atacama, Valparaíso, Del Maule e Los Lagos, houve uma melhora significativa do indicador, o que compensou a piora no coeficiente de Gini da capital e permitiu que a nível nacional o coeficiente se mantivesse estável. Outra observação relevante é que o melhor coeficiente de distribuição de renda em 2003 estava na região de Antofagasta, com 0,45. Esta região é responsável por 25% das exportações do país, principalmente de cobre e derivados.

Também merece destaque, na tabela 13, a queda relevante de 18,03% no Coeficiente de Gini da Região de Los Lagos. Essa melhora significativa na distribuição de renda entre 1990 e 2003 ocorreu junto com o alto crescimento do PIB na década de 1990, mostrando que essa região foi uma exceção ao que ocorreu a nível nacional, onde o expressivo crescimento observado não foi seguido de uma melhora na distribuição de renda.

Tabela 13 - Chile: Coeficientes de Gini por regiões - 1990-2003

	<i>Ano</i>	<i>Ano</i>	<i>Variação %</i>
	1990	2003	2003/1990
Tarapacá	0,55	0,5	-9,09%
Antofagasta	0,53	0,45	-15,09%
Atacama	0,55	0,47	-14,55%
Coquimbo	0,54	0,56	3,70%
Valparaíso	0,55	0,47	-14,55%
Metropolitana	0,57	0,58	1,75%
O'higgins	0,52	0,47	-9,62%
Del Maule	0,61	0,53	-13,11%
Bío Bío	0,58	0,53	-8,62%
Araucania	0,6	0,58	-3,33%
Los Lagos	0,61	0,5	-18,03%
Aysén	0,52	0,54	3,85%

Magallanes e Antártica	0,54	0,54	0,00%
Coeficiente Nacional	0,58	0,57	-1,72%

Fonte: MIDEPLAN, CASEN 1998 E 2003

CONCLUSÃO

O crescimento econômico forte e prolongado experimentado pelo país desde a segunda metade da década de oitenta, que fez do Chile um caso raro de sucesso econômico na América Latina, resultou em melhoras significativas em todos os indicadores sociais do país, indicando um avanço profundo na qualidade de vida da população. Esse avanço se reflete no alto IDH obtido pelo país em 2006, que, segundo os critérios da ONU, situava o país entre os países de alto desenvolvimento. Houve também um expressivo aumento da renda per cápita da população, que, em 2006, era a mais alta da América Latina, atingido mais de 8,8 mil dólares. O nível de pobreza também apresentou uma melhora expressiva, sendo reduzido em mais de 2/3 desde 1990, atingindo menos de 15% da população em 2006.

Porém, essa melhora do nível de renda, dos indicadores sociais e da pobreza não foi acompanhada de uma melhora na distribuição de renda. O Chile continuava a ser, em 2006, um dos países com a pior distribuição de renda do planeta, apresentando um grande abismo entre rico e pobres. Essa manutenção de concentração de renda se reflete no fato de que a parcela dos 20% mais ricos da população concentra desde 1990 em torno de 60% da renda nacional, enquanto a parcela dos 20% mais pobres manteve uma participação em torno de 4%. Outro indicador que reflete essa continuidade da concentração de renda no país é o índice de Gini, que permaneceu praticamente inalterado entre 1990 e 2006, oscilando entre 0,57 e 0,58.

Além dessa desigualdade de renda entre ricos e pobres, existe também uma grande desigualdade regional no país. O crescimento econômico ocorreu de forma bastante desigual entre as diversas regiões do país, havendo regiões que apresentaram crescimento bem acima da média nacional e outras onde o crescimento foi muito mais modesto. Esse crescimento do PIB de cada região está atrelado ao crescimento de suas respectivas exportações, refletido no fato de que as regiões que apresentaram um alto crescimento das exportações também registraram forte crescimento do PIB. Essa relação mostra que o país é extremamente dependente do comércio externo, com as exportações possuindo um grande peso no crescimento observado no país.

Portanto, o crescimento apresentado pelo Chile nas últimas décadas foi indiscutivelmente positivo para o país, porém nem toda a população conseguiu desfrutar dos benéficos desse crescimento, de modo que a desigualdade de renda permanece como o

principal problema a ser enfrentado por seus governantes para que a melhora na qualidade de vida exposta pelos indicadores sociais seja efetivamente sentida por todos.

Referências Bibliográficas

AMARAL, João Ferreira do. **Política Econômica- Metodologia, concepções e instrumentos de actuação**. Lisboa: Ed. Cosmos, 1996.

BANCO CENTRAL DE CHILE. **Balanza de Pagos de Chile 2006**. Disponível em: <<http://www.bcentral.cl/publicaciones/estadisticas/sector-externo/pdf/balanza2006.pdf>>. Acesso em: Outubro 2007.

. **Balanza de Pagos de Chile 2007**. Disponível em: <<http://www.bcentral.cl/publicaciones/estadisticas/sector-externo/ext01h.htm>>. Acesso em: Março 2008.

. **Cuentas Nacionales de Chile 1996-2005**. Disponível em: <<http://www.bcentral.cl/publicaciones/estadisticas/actividad-economica-gasto/aeg01b.htm>>. Acesso em: Março 2008.

. **Cuentas Nacionales de Chile 2003-2007**. Disponível em: <<http://www.bcentral.cl/publicaciones/estadisticas/actividad-economica-gasto/aeg01d.htm>>. Acesso em: Março 2008.

. **Informe de Política Monetaria**. Disponível em: <<http://www.bcentral.cl/publicaciones/politicas/polit02.htm>>. Acesso em: Outubro 2007.

. **Base de Datos Estadísticos**. Disponível em: <http://si2.bcentral.cl/Basededatoseconomicos/951_portada.asp?idioma=E>. Acesso em: Março 2008.

. **La Política Monetaria del Banco Central de Chile en el Marco de Metas de Inflación**. Santiago, 2007. Disponível em: <<http://www.bcentral.cl/publicaciones/politicas/polit07.htm>>. Acesso em: Outubro 2007.

. **Política monetaria bajo un esquema de metas de inflación en Chile**. Santiago, 2007. Disponível em: <<http://www.bcentral.cl/politicas/presentaciones/consejeros/pdf/2007/vcl19032007.pdf>>. Acesso em: Outubro 2007.

. **Series de Indicadores**. Disponível em: <<http://www.bcentral.cl/estadisticas-economicas/series-indicadores/index.htm>>. Acesso em: Março 2008.

BASTOS, Pedro Paulo Z.; BIANCARELI, André Martins; DEOS, Simone Silva de. **CONTROLE DE CAPITAIS: UM BEM NECESSÁRIO?**. Campinas, 2004. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/asp-scripts/boletim_ceri/boletim/boletim1/01-pedropauloalok.pdf>. Acesso em: Outubro 2007.

CEPAL. **Anuario Estadístico de América Latina y el Caribe 2006**. Disponível em: <http://websie.eclac.cl/anuario_estadistico/anuario_2006/default.asp>. Acesso em: Outubro 2007.

. **Anuario Estadístico de América Latina y el Caribe 2007**. Disponível em: <http://websie.eclac.cl/anuario_estadistico/anuario_2007/default.asp>. Acesso em: Março 2008.

CIA. **Cia World Factbook 2008**. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/index.html>>. Acesso em: Março 2008.

CORBO, Vittorio. **Política monetaria bajo un esquema de metas de inflación en Chile**. Santiago, 2007. Disponível em: <<http://www.bcentral.cl/politicas/presentaciones/consejeros/pdf/2007/vcl19032007.pdf>>. Acesso em: Outubro 2007.

DELANO, Manuel; TRASLAVIÑA, Hugo. **La herencia de los Chicago boys**. Santiago: Eds. Ornitorrinco, 1989. Disponível em: <http://www.memoriachilena.cl//temas/documento_detalle.asp?id=MC0032319>. Acesso em: Outubro 2007.

DIRECON. **Cuadro Resumen**. Disponível em: <http://www.direcon.cl/cuadro_resumen.html>. Acesso em: Março 2008.

HARRISON, A. Openness and growth: a time series, cross-country analysis for developing countries. **Journal of Development Economics**, v. 48, p. 419-447, 1996.

EDWARDS, Sebastian. How Effective Are Capital Controls?. **NBER WORKING PAPER, [s.l], n.7413, 1999**. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w7413>>. Acesso em: Março 2008.

INE. **Chile Estadístico**. Disponível em: <http://www.ine.cl/canales/chile_estadistico/home.php>. Acesso em: Março 2008.

LARRAÍN, Felipe; VERGARA, Rodrigo (editores). **La Transformación Económica de Chile**. Santiago: Centro de Estudios Públicos, 2001. Disponível em: <http://www.cepchile.cl/dms/lang_1/cat_768_inicio.html>. Acesso em: Outubro 2007.

LARRAÑAGA, Osvaldo. **Distribución de ingresos y crecimiento económico en Chile**. Santiago, 1999. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/7/4557/P4557.xml&xsl=/de/tpl/p9f.xsl&base=/tpl/top-bottom.xslt>>. Acesso em: Outubro 2007.

MELLER, Patricio. **Pobreza y distribución del ingreso en Chile (década del 90)**. [s.l], 2000. Disponível em: <http://www.webmanager.cl/prontus_cea/cea_2000/site/pags/20030328150428.html>. Acesso em: Março 2008.

MIDEPLAN. **Casen 1998**. Disponível em: <http://www.mideplan.cl/final/ficha_tecnica.php?cenid=35>. Acesso em: Março 2008.

_____. **Casen 2003.** Disponível em:
<http://www.mideplan.cl/final/ficha_tecnica.php?cenid=121>. Acesso em: Março 2008.

_____. **Casen 2006.** Disponível em:
<<http://www.mideplan.cl/final/categoria.php?secid=25&catid=124>>. Acesso em: Março 2008.

_____. **Las Exportaciones Regionales de Chile en la Perspectiva de la Globalización. Período 1990-2000.** Santiago, 2002. Disponível em:
<http://www.mideplan.cl/final/ficha_tecnica.php?cenid=87>. Acesso em: Outubro 2007.

_____. **Empalme Series de PIB Regionales 1960-2001, Base 1996.** Santiago, 2004. Disponível em: <http://www.mideplan.cl/final/ficha_tecnica.php?cenid=163>. Acesso em: Outubro 2007.

PIÑERA, José, y LUKAS, Aaron. **Chile: Hacia un comercio más libre.** [s.l.], 1997. Disponível em: < <http://www.elcato.org/node/1341>>. Acesso em: Outubro 2007.

PNUD. **Relatório de Desenvolvimento Humano 1990 - 2006.** Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr2007-2008>> Acesso em: Outubro 2007.